FERREIRA, A.B.H. Dicionário Infantil. Curitiba: Positivo, 2008. p 350.

KSHIMOTO, Tizuco M. (Org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e a dança na educação.. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, A.J.F. Infância cultura e pedagogia. Porto Alegre: Criarp, 2006- p.120.

SANTA ROSA, N.S. Educação e danças. São Paulo: Ática, 1999. 17 p.

SANTA ROSA, N.S. Educação musical para a 1ª a 4ª série. São Paulo: Ática, 1990. 55 p.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. Literatura infantil brasileira: um guia para professores e promotores de leitura. Goiânia: Cânone Editorial, 2009. 272p.

(Biblioteca da UEPA nº 66) (Leitura infantil/ narrativas/ Monteiro Lobato/ Ruth Rocha/ Ana Maria Machado/ outros)

STORNIOLO. Sylvia Regina Pereira. A música na educação infantil como facilitadora do processo de ensino-aprendizagem-Autografia. 2016.

VISCONTI, M.; BIAGIONI, M.Z.; GOMES, N.R. Guia para educação e prática musical em escolas. 1ª edição. São Paulo: Abemúsica, 2002. 85 p.

A INCLUSÃO E O BRINCAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EDILEUZA DE SOUZA SANTOS

RESUMO

O presente artigo abordará a Inclusão e Estratégias Lúdicas para o Ensino da Criança com Deficiência na Educação Infantil, as quais necessitam de uma Educação Especial.

Em decorrência de esta temática estar se tornando cada vez mais visível nos dias atuais é necessário que haja uma tomada de consciência em relação à inclusão. Amparada por leis, decretos, princípios e valores que regem a Educação Brasileira e também defendida por autores que enfocam a importância da HETEROGENEIDADE em sala de aula, a inclusão é considerada um desafio a ser superado por professores, familiares e alunos em busca de uma educação igualitária, a qual se deve voltar à cidadania global, plena, livre de preconceitos e disposta a reconhecer e respeitar as diferenças entre as pessoas, pois ninguém é igual.

A inclusão seja ela na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, significa que a sociedade deve adaptar-se ás necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida, uma vez que a segregação de crianças portadoras de deficiências ao convívio social é uma prática em extinção, desta forma a escola precisa renovar seus objetivos e superar a distância entre o discurso de teorias pedagógicas inovadoras e as práticas escolares muitas vezes conservadoras. Sendo assim, a inclusão em educação tem sido alvo de grandes reflexões e debates. Há grandes divergências quanto à forma de Inclusão e até mesmo se ela deve ou não acontecer, mas o fato é que muitas crianças, com as mais variadas deficiências estão ingressando nas escolas e muitos professores, angustiados, sem saber como planejar suas aulas.

A intenção deste artigo é que possa servir de apoio ao trabalho de sala comum ou de recursos, proporcionando reflexões e uma variedade de idéias para se trabalhar com a diversidade, inclusive com a deficiência múltipla através do Brincar como fonte prazerosa da aprendizagem.

Palavras- chave: Inclusão, Deficiência, Educação Infantil, Reflexão e Brincar.

1- Introdução

A partir da revisão teórico bibliográfico e documental este estudo apresentará um conhecimento mais profundo sobre a inclusão de Crianças com Deficiências que necessitam de Educação Especial e a importância do Brincar para todos, tendo ou não alguma limitação, onde partiremos da seguinte reflexão: É possível a inclusão e as brincadeiras para crianças com Deficiência na educação Infantil?

A educação em si exerce um papel de extrema importância para a formação e desenvolvimento das crianças, seja ela com Deficiência ou não, desta forma deve-se acabar com a freqüente exclusão das crianças com Deficiências e até mesmo na sociedade, cientes que também são detentores de habilidades, características, interesses e necessidades de aprendizagem como qualquer outra pessoa, a diferença será através de uma Educação Especial com diferentes estratégias.

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma possibilidade de acesso e permanência do aluno com Deficiência na educação infantil, tendo como referencial teórico alguns autores que trouxeram importantes teorias a respeito desta problemática, como Salomão Schartzman, Vygotsky e Maria Tereza Egler Mantoan.

Partindo do pressuposto que a criança com deficiência apresente algumas características que os diferenciem dos demais, não esgota da possibilidade de que estes através de estimulações adequadas possam sim se desenvolver e conviver com os demais alunos.

A inclusão escolar tem sido amplamente discutida por muitos autores que vêem os benefícios que esta prática proporciona para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças com deficiência ao serem inseridas em um ambiente de estimulação diversificada e o brincar como fonte prazerosa para seu desenvolvimento.

A inclusão traz a idéia de igualdade de direitos e, principalmente o respeito ás diferenças, além de permitir que as demais crianças possam entender que o ambiente social é constituído de diferentes pessoas, com diferentes características e que estas diferenças devem ser respeitadas.

2- Breve histórico sobre a inclusão de pessoas com Deficiência

A luta pelos direitos de igualdade social das pessoas com Deficiência é marco inicial da inclusão escolar em nossa sociedade. Anteriormente ao século XX, à idéia de inclusão era inexistente, a maioria das pessoas sequer tinha direitos ou condições para freqüentar a escola.

No século XX, o que vimos em questão foi à segregação social e escolar. Já na segunda metade do século XX, começam

a surgir às chamadas escolas especiais criadas concebendo a idéia de proteger o diferente e após, reintegrá-lo ao convívio social, na realidade com essa prática estavam muito mais preocupados com a questão social do que seu desenvolvimento como um todo. “O próprio reintegração já traz implícita a idéia de desintegração, pois só é possível reintegrar alguém que foi desintegrado do contexto social e está sendo novamente integrado”. (MANTOAN, 1997, p.20).

Na década de 70, as escolas comuns começam a aceitar alguns alunos com Deficiência em salas comuns, contanto que esse aluno conseguisse adaptar-se aos métodos de ensino impostos. Essa adaptação do aluno raramente acontecia, pois era de incumbência do mesmo essa adaptação.

Somente no final da década de 80, após a nova Constituição Federal de 1988, houve realmente os primeiros e verdadeiros movimentos em direção à educação inclusiva no Brasil, passou a existir somente um tipo de educação e esta é para todos, sem exclusão de classes sociais, raça e cor, tornando a nossa constituição um marco na defesa da inclusão escolar, pois elucida muitas questões e controvérsias referentes a essa inovação, respaldando o que propõe avanços significativos para a educação escolar de pessoas com ou sem deficiência, ela institui como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. (C. F. , Art. 206, inc.).

A partir da década de 90 as discussões referente à educação para pessoas com deficiências começaram a adquirir alguma consistência, pelas políticas anteriores caracterizadas pela descontinuidade e dimensão secundária. A nova LDBN 9.394/96 em seu capítulo V coloca que a educação para pessoas com deficiência deve se dar de preferência na rede regular de ensino, o que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e integração dessas pessoas.

Não se pode deixar de citar que houve eventos de extrema importância, sem os quais não teríamos um processo eminente, nem em nível teórico e nem prático, sobre a inclusão escolar. Tivemos a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), que consistiu na reconvocação das várias declarações das Organizações das Nações Unidas (formado pelo documento Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades pra Pessoas com Deficiência) e que foi a alavanca para o tema educação inclusiva no mundo e o Projeto de

Resolução CNE / CEB 02/2001, onde no seu artigo 8º diz que “as escolas da rede regular de ensino devem prever na organização de suas classes comuns: condições para a reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva.

A PORTARIA Nº 8.764, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016. Regulamenta o Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016, que “Institui no Sistema Municipal de Ensino a Política

Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva.” A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO: - os princípios que fundamentam a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva; - a Convenção sobre os Direitos

das Pessoas com Deficiência (ONU

2007), ratificada no Brasil com status de emenda constitucional por meio dos Decretos nº

186/2008 e nº 6.949/2009, que indicam que a "pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas"; - que a Educação Especial é uma modalidade de ensino não substitutiva ao ensino regular, que perpassa todas as etapas e modalidades do Sistema Municipal de Ensino, e será ofertada em consonância com a legislação vigente e com os documentos e diretrizes desta Secretaria; - a necessidade de se estabelecer critérios que organizem o acesso e as garantias para a permanência dos educandos (as) público alvo da Educação Especial nas Unidades Educacionais da RME; a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE; os serviços de Educação Especial e os Serviços de Apoio a esta modalidade; a oferta da Educação Bilíngüe e as ações para eliminação de barreiras e promoção de acessibilidade.

3- A importância do ambiente e da família na promoção do desenvolvimento de crianças com deficiência que necessitam de Educação Especial.

A criança com Deficiência tem as mesmas necessidades de qualquer outra criança: carinho, atenção, proteção e educação.

A família exerce um papel de suma importância no acesso ao desenvolvimento da criança, principalmente daquela com deficiência, que deve ser orientada e estimulada corretamente para colaborar e promover uma interação maior da criança com o mundo.

"A qualidade e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiências". (SCHWARTZMAN, 1999, p.233).

Os responsáveis pela pessoa com Deficiência necessitam de informações sobre a natureza e extensão da sua limitação, pois a super proteção da família em relação ao deficiente pode influenciar de forma negativa no processo de desenvolvimento da criança, portanto a família deve utilizar os recursos e serviços existentes na sociedade para assistência, tratamento e educação dos mesmos, permitindo que diminuam a ansiedade e as dúvidas de todos do grupo familiar.

Segundo Vygotsky (1994, p. 89), o ambiente é mutável e dinâmico, exercendo um papel variado no desenvolvimento infantil, dependendo da idade da criança. O ambiente a que nos referimos não é apenas o ambiente do lar da criança, mas também outros ambientes que ela começa a freqüentar em cada momento de sua vida, tais como o Centro de Educação Infantil (creche), o jardim de infância e pré-escola etc. Portanto, o ambiente não deve ser encarado como uma entidade estática e periférica em relação ao desenvolvimento infantil, pois a influência do ambiente no desenvolvimento psicológico da criança ocorre segundo Vygotsky (1994) basicamente através da experiência emocional do sujeito.

4- Uma escola de todos e para todos

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar, para o benefício de todos os alunos, seja portador de deficiência ou não.

Segundo a declaração de Salamanca (1994) toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem sem exceções, visando que a educação seja voltada para a cidadania global, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças.

O professor deve valorizar as reações efetivas de seus alunos estando sempre atento ao seu comportamento global, e se for o caso, solicitar recursos mais sofisticados como a revisão médica ou psicológica.

Outro fator de extrema importância na educação inclusiva é o fato de que o professor deve considerar o aluno como uma pessoa inteligente que apresenta vontades e afetividades, devem ser respeitadas, pois o aluno não é apenas um ser que aprende.

Desta maneira a educação inclusiva enfatiza a necessidade de avançar até outras formas de atuação, como novas propostas de ensino, independente das diferenças e limitações dos alunos exercendo uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, que vai em contraposição às práticas que tem caracterizado a educação escolar tradicional garantindo que todos sejam cidadãos de direito nas escolas regulares (MANTOAN, 2005).

A escola inclusiva busca oferecer ferramentas que proporcionem mudanças práticas e substanciais no cotidiano escolar, considerando fundamental que professores alunos, familiares e comunidades se tornem promotores de princípios e ações de inclusão e desenvolvimento. A idéia de uma Escola para Todos é a da prática docente e da cultura escolar baseadas nos pilares da inclusão, promoção da saúde e participação da comunidade escolar, em especial dos alunos. Promover um processo educativo baseado no diálogo e na construção coletiva do conhecimento e da cidadania.

Para construir uma escola de todos é preciso facilitar a inclusão educativa e social daqueles que tem características e qualidades de aprendizado diferentes das padronizadas e tradicionalmente esperadas pela escola. A escola precisa renovar seus objetivos e superar a distância entre o discurso das teorias pedagógicas inovadoras e as práticas escolares muitas vezes conservadoras.

5- A importância do Brincar para a criança com deficiência

Ao reconhecer que a aprendizagem precede o desenvolvimento e que ela acontece na interação social, reconhecemos a importância da mediação neste processo. Mediação esta que não tem só professor como o único elo intermediário entre criança e objeto do conhecimento. Um colega que, naquele momento, possui maior conhecimento, também, faz o papel de mediador, e esta situação em outro momento pode se inverter, ou seja, se uma criança mediou à aprendizagem da outra sobre um determinado assunto

hoje, amanhã a situação pode inverter em outro assunto. Portanto, as salas homogêneas, como querem muitos professores, não são nada favoráveis à aprendizagem. Neste sentido, a inclusão só tende a colaborar.

Outra questão importante da abordagem histórico cultural que preferi deixar para discutir neste momento refere-se ao pensamento e à linguagem. Para Vygotsky (2009), a linguagem é o principal instrumento de interação com o outro, além disso, é ela que possibilita aos sujeitos o acesso ao mundo simbólico. É por meio dela que nos é possível o descolamento do aqui e agora, para pensar no já vivido.

Pensamento e linguagem devem ser valorizados na educação da criança com deficiência, apesar de muitas vezes serem negligenciados, justamente por se acreditar que não há pensamento, ao menos coerente, quando se trata da deficiência, em especial quando estão envolvidas as limitações intelectuais, ou até mesmo quando não é possível verbalizar o pensamento, como nos casos de uma grande limitação física.

Assim é fundamental a valorização da linguagem, e ela deve estar sempre acompanhada da experiência, pois palavra sem vivência torna-se um som vazio e sem significado.

A opção em falar sobre pensamento e linguagem associada ao tema das Brincadeiras na deficiência (apesar de discorrer sobre o assunto também mais adiante) teve um propósito. Como já mencionado, a linguagem deve estar associada à vivência e nada melhor do que explorá-la durante a brincadeira, para não correrMos o risco de utilizar a palavra vazia nem o brincar pelo brincar. Brincadeira aqui tem por objetivo associar aprendizagem à diversão.

Ao planejar as atividades com jogos e brincadeiras, o professor deve estar atento a estas questões, propondo atividades que estimulem suas habilidades, mas que propiciem reflexão sobre a ação, e, para isso, uma sugestão é sempre questionar as ações do grupo e não acreditar que o aluno se desenvolve sozinho – como chegaram a pensar que trabalhavam a partir de uma perspectiva construtivista. Portanto, aproveite os jogos e as brincadeiras para estimular o uso da linguagem.

As atividades lúdicas possuem grandes vantagens para o trabalho com a criança com deficiência, pois estas vivenciam muitas situações de fracasso no seu dia a dia, e o uso da ludicidade pode contribuir para aliviar as pressões em relação aos seus resultados. Porém, isto dependerá muito da postura do professor que deverá sempre orientar a turma para a aceitação das diferenças.

Ao brincar, diversas habilidades estarão sendo estimuladas: atenção, memorização, coordenação motora, linguagem (Manzini, Braccialli, Reganham, s/d). No brincar, a criança interage com o meio e, muitas vezes, com o outro. Neste sentido, aprende como ser e agir no mundo. Aprende sobre as coisas, sobre as regras, aprende a cooperar, a compartilhar experiências, interesses e necessidades.

A brincadeira também permite à criança a entrada no campo do simbólico, e é isto que, para Vygotski, nos diferencia de outras espécies animais.

A imaginação é o novo que está ausente na consciência da criança na primeira infância, absolutamente ausente nos animais, e representa uma forma especificamente humana de atividade da consciência; e, como todas as funções da consciência; forma-se originalmente na ação. (2008, p.25)

Em um primeiro momento, a criança é levada ao uso do objeto pelos estímulos que este proporciona, mas, na medida em que interage e atua naquele objeto, vai descobrindo novas formas de interação e novas significações. Neste momento, ela se desloca do campo real imediato para atuar em um campo que está além. Desta forma, a brincadeira proporciona uma atuação na Zona de Desenvolvimento Iminente.

Na brincadeira, a criança está sempre acima da média da sua idade, acima de seu comportamento cotidiano; na brincadeira, e como se a criança estivesse em uma altura equivalente a uma cabeça acima da sua própria altura. A brincadeira em forma condensada contém em si, como na mágica de uma lente de aumento, todas as tendências do desenvolvimento; ela parece dar um salto acima do seu comportamento comum.

(VYGOTSKI; 2008, p.35)

Para a Psicanálise, é na brincadeira que a criança elabora internamente as suas frustrações com o mundo que a cerca, mas para Vygotsky, ela brinca para internalizar o que aprendeu do mundo. A mãe que inventa em sua brincadeira não é a mãe que ela quer, mas a mãe que ela vivenciou em algum momento. Pode ser a relação entre mãe e filho de seu colega, uma experiência em um ônibus, ou outra mãe qualquer que tenha presenciado no seu dia a dia. Estas brincadeiras de faz de conta são o resultado de suas relações sociais e possibilitam a compreensão e transformação da realidade.

Sendo assim, o jogo e a brincadeira são atividades de grande importância para o desenvolvimento infantil, e conseqüentemente, para a sua utilização em sala de aula.

5.1 Conceitos de cada deficiência:

Deficiência Intelectual: não há um consenso na definição, mas de acordo com a Associação Americana de Deficiência Mental ela pode ser “caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual da pessoa e no seu comportamento adaptativo - habilidades práticas, sociais e conceituais – originando-se antes dos 18 anos de idade”. (AAMR, 2002 ,p.8)

Deficiência motora: “variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou, ainda, de malformações congênitas ou adquiridas” (BRASIL, 1999)

Deficiência auditiva: “perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis” (MENICUCCCI, 2006).

É importante lembrar que o termo surdo-mudo não é mais utilizado e, sim, surdo ou com deficiência auditiva. (SASSAKI, 2003)

Deficiência visual: esta deficiência é dividida em cegueira e baixa visão, de

acordo com as definições médicas e educacionais.

Esta delimitação da acuidade visual tem se mostrado pouco apropriada no que se refere às questões educacionais, e muitos estudiosos preferem basear-se na eficiência visual, ou seja, na capacidade que cada pessoa com deficiência tem de utilização da visão (RODRIGUES, 2008; BRUNO, 2006), tornando necessária uma concepção educacional de cegueira, onde, de acordo com Bruno (2006), são consideradas cegas com finalidade educativa as crianças que não têm visão suficiente para aprender a ler em tinta, necessitando, portanto, de outros sentidos para o seu desenvolvimento e aprendizagem. A baixa visão consiste na perda severa da visão que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico nem com o auxílio de óculos convencionais (RODRIGUES, 2008)

Deficiência múltipla: o termo deficiência múltipla tem sido utilizado, com freqüência para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. (BRASIL, 2006)

Surdocegueira: também chamada deficiência multissensorial, ela “é uma condição em que se combinam transtornos visuais e auditivos que produzem graves problemas de comunicação e outras necessidades de desenvolvimento e aprendizagem”. (MILES; 2001)

5.2 ALGUMAS SUGESTÕES DE JOGOS E BRINCADEIRAS ADAPTADAS

Um dos maiores ganhos com a inclusão é estimular a cooperação entre os alunos e a aceitação da diferença, por isso, os jogos cooperativos tornam-se um recurso muito interessante. Isto não significa deixar de utilizar os outros jogos que também podem ser interessantes e motivadores, mas é importante orientar todas as crianças sobre o respeito ás diferenças de cada um.

Voleixiga: esta brincadeira consiste no arremesso de uma bexiga com água e é muito interessante fazer nos dias de muito calor.

Como não é muito fácil segurar a bexiga, faça com que as crianças fiquem mais próximas ou formem uma fila para tentar passar de uma criança para outra com um funil, que poderá ser confeccionado com garrafa PET (queimar a borda anteriormente para evitar cortes nos alunos).

Para as crianças com dificuldades na motricidade fina, poderá tentar passar com um pote de tamanho médio e segurando com as duas mãos.

Brincadeira do espelho: sentados em duplas, um colega será o espelho devendo fazer tudo que o colega fizer. Inverter as funções ao comando do professor.

Corrida de bumbum: esta corrida é especialmente interessante quando houver um aluno com deficiência nos membros inferiores, pois a proposta é se movimentar sentado no chão até um ponto estipulado. Variação: arrastando ou deitado.

Corrida com jornal: os alunos deverão chegar até um determinado ponto caminhando sobre dois jornais, sendo que, ao pisar no da frente, retira o de trás e

coloca em sua frente. Esta atividade é um grande desafio para a criança deficiência intelectual.

Corrida do sopro: todos os alunos deitados e com uma bexiga à frente deverão fazer com que esta chegue a um lugar estipulado, apenas com o sopro.

Vôlei sentado: deverá seguir as regras do esporte paraolímpico. Variação: todos poderão estar sentados em bancos, independente de ter ou não limitação.

Percurso com corda: estender duas cordas em posição paralela com um peso em uma das pontas (pode ser uma garrafa PET com areia dentro). Os alunos deverão ficar em quatro apoios ou de costas e, guiando-se pelas cordas, deverão chegar até a garrafa. É interessante que todos estejam de olhos vendados.

O flautista e a cobra: uma criança fará função de cobra e outra de flautista. O objetivo é que as outras crianças fujam da cobra e encontrem o flautista, e todas deverão estar de olhos vendados. A cobra e o flautista emitirão um som esporadicamente para que os outros alunos possam localizá-los por meio do som. Esta atividade não é interessante para a criança deficiência auditiva e nem para um cadeirante pode machucar os outros colegas. Corrida de cadeira de rodas: pode ser feita caso haja mais de uma cadeira de rodas na escola.

Telefone sem fio: brincadeira tradicional. Não deverá ser feita com turmas que tenham crianças com deficiência auditiva.

Jogo da imitação: um aluno sorteia um cartão com o nome de algo a ser imitado e deverá fazê-lo apenas por mímica. No início, pode ser uma profissão ou animal, mas poderão ser colocadas várias outras palavras com maior grau de dificuldade.

Variação: adivinhação poderá ser por meio de desenhos.

Ciranda da poesia: brincar de ciranda com a música Ciranda Cirandinha e, quando a música falar: “Diga um verso bem bonito, diga adeus e vá-se embora”, a criança solicitada deve entrar na roda, declamar um poema e voltar para a roda ou sair da brincadeira.

Variação: pode cantar uma música no lugar do poema.

Brincadeira de faz de conta: deixar as crianças brincarem livremente de casinha, vendinha e outras brincadeiras. A criança com deficiência intelectual muitas vezes precisa ser estimulada a criar brincadeiras com os objetos, pois tem dificuldades em simbolizar;

Brincadeiras na areia: o contato com a areia é geralmente prazeroso para as crianças que devem ser estimuladas a explorá-la ao máximo. Esconda seus pés ou mãos, brinque de encher copinhos e estimule a passar a mesma quantidade de areia para copos de tamanhos e larguras diferentes. Veja o que acontece e questione sobre as diferenças. Estimule-as a produzir castelos, fazer comidinhas, bolos de areia etc.;

6. Determinantes legais que direcionam a Educação ser Inclusiva.

A Constituição Federal estabelece o direito às pessoas portadoras de necessidades especiais a receberem educação

preferencialmente na rede regular de ensino. Conforme previsto no Art. 1º LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Legislação determina preferência para essa modalidade de atendimento educacional, visando uma educação de qualidade, independente das dificuldades que apresentem o aluno, sejam elas visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades (Art.4º LDB, 1996).

O Art. 3º da LDB determina como e com quais princípios o ensino deve ser ministrado: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

Conforme previsto no Art. 4º da LDB o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante, segundo o Decreto nº 45.415, de 2004, a escola deverá criar condições para atender todo e qualquer aluno mediante:

I - elaboração de Projeto Político Pedagógico nas Unidades Educacionais que considere as mobilizações indispensáveis ao atendimento das necessidades educacionais especiais;

II - avaliação pedagógica, no processo de ensino, que identifique as necessidades educacionais especiais e reoriente tal processo;

III - adequação do número de educandos e educandas por classe/agrupamento, quando preciso;

IV - prioridade de acesso em turno que viabilize os atendimentos complementares ao seu pleno desenvolvimento;

V - atendimento das necessidades básicas de locomoção, higiene e alimentação de todos que careçam desse apoio, mediante discussão da situação com o próprio aluno, a família, os profissionais da Unidade Educacional, os que realizam o apoio e o acompanhamento à inclusão e os profissionais da saúde, acionando, se for o caso, as instituições conveniadas e outras para orientação dos procedimentos a serem adotados pelos profissionais vinculados aos serviços de Educação Especial e à Comunidade Educativa;

VI - atuação em equipe colaborativa dos profissionais vinculados aos serviços de

Educação Especial e à Comunidade Educativa;

VII - fortalecimento do trabalho

coletivo entre os profissionais da Unidade Educacional;

VIII - estabelecimento de parcerias e ações que incentivem o fortalecimento de condições para que os educandos e educandas com necessidades educacionais especiais possam participar efetivamente da vida social.

A PORTARIA Nº 8.764, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016. Regulamenta o Decreto nº

57.379, de 13 de outubro de 2016, que "Institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva." A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO: - os princípios que fundamentam a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva; - a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2007), ratificada no Brasil com status de emenda constitucional por meio dos Decretos nº 186/2008 e nº 6.949/2009.

Diante dessas leis, fica clara a compreensão da educação como um direito para todos, mas será que a realidade vivida na escola é essa explicita na legislação?A escola está dando conta de oferecer um ensino de qualidade a todos?

Sabe-se que a real situação vivida pela escola ainda é bastante precária, nota-se que a inclusão de alunos com deficiências faz-se presente nas instituições de ensino, porém com barreiras para que essa prática aconteça efetivamente; o despreparo dos educadores para atuarem com um aluno "diferente" em meio a uma sala com um grande número de alunos, o espaço físico não é adequado a movimentação desses alunos e entre tantas barreiras, evidencias da discriminação da comunidade escolar.

Desta forma deve-se pensar uma maneira para que a inclusão escolar aconteça, sem tomar medidas que busquem mascarar através de pequenas adaptações a realidade gritante da incompatibilidade do modelo conservador e tradicional de ensino. A transformação necessária que visa uma re-significação da escola não basta somente estar garantido na legislação exige modificações profundas e importantes no sistema de ensino e aprendizagem. A inclusão depende da mudança de valores da sociedade e a vivência de um novo paradigma, o que de fato que não se faz com simples recomendações técnicas, como se fossem um manual de instruções, mas com formação teórica que promoverá reflexões dos professores, direção, pais, alunos e comunidade, que exigirá um esforço de todos, possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa enfim favorecer o processo de inclusão.

É urgente que educadores concentrem esforços para discutir e pesquisar essa temática, em todos os níveis e modalidades de ensino. Para enfim oferecer um ensino com maior nível de qualidade e superar o sistema tradicional de ensinar e aprender, recriar o modelo educacional torna-se necessário.

6- O desafio de incluir

Embora seja um direito previsto na Constituição Federal, a educação inclusiva depende de vários fatores como: Comunidade, Família, Educadores, Informações e suporte.

Frente à necessidade de um novo paradigma na Educação Inclusiva, busca – se novos conhecimentos sobre as práticas na educação infantil, evitando qualquer tipo de preconceito, assim possibilitando uma educação inclusiva do qual sairão futuros cidadãos valorizados e aceitos em uma sociedade igualmente inclusiva.

A legislação defende uma educação de qualidade para todos, inclusive para os alunos com deficiências, devendo esta ocorrer no ensino regular, contando com o atendimento especializado sempre que se fizer necessário

A educação especial se caracteriza como alternativa de procedimentos didáticos específicos e adequados às necessidades educativas desses alunos e implica em espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados.

A escola deve proporcionar os recursos necessários em função das necessidades educativas de cada aluno, precisa ter como compromisso ser competente no seu propósito de incluir e, para tanto, ir além da diferença, lembrando que cada aluno é um ser único e que a utilização dos recursos disponíveis deve contribuir para que esta singularidade se firme na aceitação da diversidade. Afinal, a diferença faz parte do nosso cotidiano.

Para que a escola trabalhe melhor com a diversidade é preciso ter como prioridade a formação dos professores, centrando em saber como trabalhar na sala de aula inclusiva, como programações das aulas, adequações curriculares, metodologias, organização do tempo e espaço na sala de aula, processos de avaliação, técnicas de trabalho diversificadas e diferentes estratégias de intervenção em função dos problemas de aprendizagem e

características de cada aluno.

O papel do professor na escola frente à diversidade é fundamental, pois favorece atitudes e manifestações positivas, ao defrontar-se com a inclusão, que levem às mudanças em todo processo educativo dos seus alunos.

No entanto, incluir não se trata de uma tarefa solitária do professor. A inclusão deve ser missão de toda a escola, que deve assumir a situação e verificar que condições possuem ou não, o que podem e o que não podem fazer.

Um ambiente escolar baseado em relações de aceitação, respeito e valorização das diferenças, entre professores, alunos e pais, é condição necessária para atingir o objetivo de uma educação que abranja à diversidade.

Segundo Santos (2008), são muitos os problemas que dizem respeito à inclusão, entre eles: desarticulação ente serviços especializados e salas regulares, precariedade na formação de docentes e profissionais, falta de avaliação dos serviços oferecidos, entre outros.

"É necessário que todos possam conviver juntos, aprendendo a partir dessa interação conjunta, pois o aprendizado se dá coletivamente. Dessa forma, tanto o aluno deficiente quanto a criança 'normal' estarão se beneficiando a partir do contato com a diversidade" (MANTOAN, 1997,

p.105).

O aluno é alvo do processo ensino-aprendizagem, portanto, suas características e necessidades devem ser conhecidas e respeitadas para a organização do ensino, visando à qualidade de sua aprendizagem. Para que todos os alunos igualmente usufruam as mesmas oportunidades na aquisição do saber, há que considerar as diferenças individuais e as necessidades educativas delas decorrentes como consta nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Carvalho (1999, p.11) elucida que:

Para remover as barreiras da aprendizagem, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas, o ambiente físico os recursos financeiros e materiais, os graus de participação da família e da comunidade, o projeto curricular adotado, a filosofia de educação, a metodologia que foram assumidas e consentidas por toda a comunidade acadêmica escolar.

De acordo com que foi exposto, o papel da escola frente à diversidade é possibilitar uma prática pedagógica eficiente que contribua para a inclusão de todos aqueles que buscam por uma possibilidade de aprendizagem. Assim a escola deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a educação inclusiva vem sendo discutida em diversos espaços sociais, não se restringindo unicamente a espaços freqüentados por educadores e pesquisadores, esta temática se tornou de interesse mundial.

O termo inclusão parece não oferecer dúvidas, literalmente significa ação ou resultado de incluir, de envolver, de abranger, de fechar, de encerrar, de introduzir, de inserir, dentro de alguma coisa. Conseqüentemente, e por simples analogia, a educação inclusiva, significa assegurar a todos os estudantes, sem exceção, independentemente da sua origem sociocultural e da sua evolução psicológica, a igualdade de oportunidades educativas iguais, para que desse modo possam usufruir de serviços educativos como todos.

A política educacional tem direcionado suas ações para a inclusão dos portadores de deficiência com necessidades educativas especiais no ensino regular como uma prática permanente, diante desse fato surge à necessidade de mudança de atitudes, adaptações estruturais e novas formas de organização e gestão dos serviços disponíveis na comunidade, o trabalho em parceria com as redes de apoio especializado, famílias e toda comunidade se tornem indispensáveis para que o desejo de oferecer uma educação de qualidade, capaz de transformar uma realidade, construindo uma sociedade onde caibam todos, livre de preconceito.

O referencial curricular para educação infantil caracteriza a escola como um dos principais espaços de convivência social para o ser humano durante as primeiras fases de seu desenvolvimento, a educação infantil é considerada como a primeira etapa da educação básica que desempenha um papel primordial no de-

senvolvimento da consciência de cidadania e de direitos das crianças, é um espaço educativo de construção de personalidades humanas, autônomas, criticas, já que é na escola que a criança começa a conviver em um coletivo diversificado, fora do contexto familiar.

A educação infantil se relaciona com a educação inclusiva no que se refere aos princípios que as regem, como por exemplo, a possibilidade de conviver em um ambiente coletivo e diversificado em um espaço a qual todos pertencem e são aceitos uns pelos outros.

Diante do conhecimento que temos da realidade educacional, conclui-se que é lei, é direito, é possível a inclusão de crianças com deficiências na educação infantil, apesar dos resultados ainda serem pequenos, a forma que vem crescendo é animadora, pois o mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Que este artigo possa servir de apoio ao trabalho de sala comum ou de recursos, e proporcione reflexões e uma variedade de idéias para se trabalhar com a diversidade, incluindo as estratégias lúdicas para contemplar todos os alunos, com deficiência ou não, pois ao brincar, diversas habilidades estará sendo estimulada como atenção, memorização, coordenação motora, linguagem e é no brincar, que a criança interage com o meio e, muitas vezes, com o outro, aprendendo como ser e agir no mundo, sendo de grande importância para seu desenvolvimento e cabe a escola garantir a escolarização e permanência , oferecendo oportunidades para que todos, inclusive com deficiência aprendam e tenham acesso ao conhecimento.

Abstract: This article will address the Inclusion and Playful Strategies for Teaching Children with Disabilities in Early Childhood Education, which need a Special Education.

As a result of this theme becoming increasingly visible nowadays, it is necessary that there is an awareness of inclusion. Supported by laws, decrees, principles and values that govern Brazilian Education and also defended by authors who focus on the importance of HETEROGENEITY in the classroom, inclusion is considered a challenge to be overcome by teachers, family members and students in search of an education egalitarian, which must return to global citizenship, full, free from prejudice and willing to recognize and respect the differences between people, because no one is the same.

Inclusion, whether at school, at work, at leisure, in health services, means that society must adapt to the needs of people with disabilities so that they can develop in all aspects of their lives, since The segregation of children with disabilities from social life is an endangered practice, so the school needs to renew its objectives and overcome the distance between the discourse of innovative pedagogical theories and school practices that are often conservative. Therefore, inclusion in education has been the subject of great reflections and debates. There are great differences as to the form of inclusion and even whether or not it should happen, but the fact is that many children with the most varied disabilities are entering

schools and many teachers, distressed, not knowing how to plan their classes.

The intention of this article is that it can serve as a support for common room work or resources, providing reflections and a variety of ideas to work with diversity, including multiple disabilities through Play as a pleasant source of learning.

Keywords: Inclusion, Disability, Early Childhood Education, Reflection and Play

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9394/96.

Brasília, MEC, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. Temas em Educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

GLAT, Rosana. A Integração dos Portadores de Deficiências: Uma Reflexão. Rio de Janeiro:

Sette Letras, 1995.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Interação x Inclusão: Educação para Todos. Revista Pedagógica, n.5, p. 48-51, 1998

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Integração de Pessoas com Deficiência. Ed. Memnon, São Paulo, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Não há mal que sempre dure.Campinas, SP: FE/ UNICAMP, 2007.

Disponível em: http://www.bancodeescola.com/mal.htm. Acesso em: 09 mar. 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Ensinando a turma toda – as diferenças na escola.

Campinas. Disponível em: http:// www.bancodeescola.com/mal.htm.Acesso em: 09 mar. 2010.

SANTOS, Matheus. Educação e Inclusão Escolar: um pequeno histórico!. São Paulo, outubro 2008. Disponível em http:// www.teusmapress.com.br/educacao-e--inclusao-escolarum-pequeno-historico. Acesso em: 12 fev. 2010.

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. A educação especial da criança com Síndrome de Down. Pedagogia em foco. Rio de janeiro, 2002. Disponível em:

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07. Acesso em: 22 set. 2009.

SCHWARTZMAN, J.S. Síndrome de Down. São Paulo: Mackenkie, 1999.

VYGOTSKY, Lev. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994